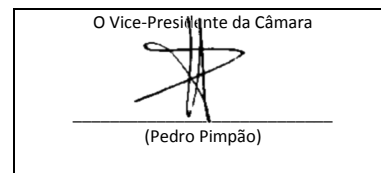


CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

CONCURSO PÚBLICO

Contratação de serviços de seguros

Caderno de Encargos



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

PARTE I - CLÁUSULAS GERAIS

Artigo 1º
Objecto

1- O presente Caderno de Encargos estabelece as condições jurídicas e técnicas a incluir no contrato a celebrar, na sequência do procedimento por concurso público, que tem por objecto a aquisição de serviços de seguros, através da contratação de apólices de seguro no mercado segurador, conforme se descreve pormenorizadamente na Parte II – Cláusulas Técnicas do presente Caderno de Encargos.

2- O presente concurso abrange a cobertura do universo de riscos que compõem a carteira de seguros do Município de Loulé e que decorrem das suas actividades enquanto entidade gestora de meios humanos e patrimoniais.

3- O objecto do contrato abrange a contratação das seguintes modalidades de seguros, todas de ramos “não vida”:

- I) Seguro de Acidentes de Trabalho;
- II) Seguro de Grupo de Acidentes Pessoais dos Trabalhadores - Programa de Contrato de Emprego e Inserção;
- III) Seguro Frota Automóvel;
- IV) Seguro de multirriscos patrimoniais;
- V) Seguro de Responsabilidade Civil – Serviço de Vigilância;
- VI) Seguro Frota – Bicicletas partilhadas.

Artigo 2º
Representantes das partes

1 – O Município de Loulé designará os representantes que procederão ao acompanhamento da execução do contrato e que servirão de interlocutores com o gestor de serviços designado pelo adjudicatário.

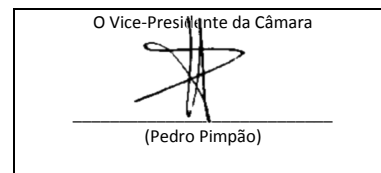
2 – Apenas as solicitações emitidas pelos representantes nomeados para o efeito obrigam o Município de Loulé.

3- Qualquer alteração nos representantes de qualquer das partes deverá ser comunicada, por escrito, à outra parte.

Artigo 3º
Contrato

1- O contrato é composto pelo respectivo clausulado contratual e os seus anexos.

2- O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

- a) Os suprimientos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b) Os esclarecimentos e as rectificações relativos ao Caderno de Encargos;
- c) O presente Caderno de Encargos e seus anexos;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

3- Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respectiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4- Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Artigo 4º

Prazo

1- O contrato a celebrar no âmbito do presente procedimento vigorará a partir da data da assinatura de contrato até ao dia 31 de dezembro de 2018, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessão do contrato.

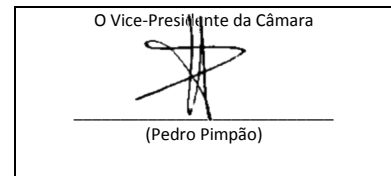
3- O adjudicatário dispõe do prazo máximo de 30 dias para efectuar a transição das apólices existentes à data de entrada em vigor do contrato, salvo se para alguma(s) apólice(s) em particular o Município determinar um prazo superior ao indicado.

Artigo 5º

Obrigações principais do adjudicatário

1- Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações principais:

- a) Garantir o risco do Município de Loulé, de acordo com as respectivas apólices;
- b) Não proceder a qualquer alteração das taxas das apólices ou outras condições particulares ou especiais no decurso da execução do contrato, excepto se essas alterações resultarem de disposição legal, de norma do Instituto de Seguros de Portugal ou de particular agravamento dos riscos cobertos e, neste caso, com o consentimento da entidade adjudicante; apenas se aceitará a actualização de prémios que resulte, de alteração dos capitais seguros, das massas salariais e das pessoas seguras.
- c) Obrigação de dar resposta a qualquer solicitação por parte do Município de Loulé, no prazo máximo de 24 horas;
- d) Assegurar a existência de uma linha telefónica de contacto directo com o gestor de serviços designado pelo adjudicatário e que será o responsável pelo apoio a prestar ao Município de Loulé, durante a execução do contrato;
- e) Garantir o acesso à informação actualizada e relativa a cada uma das modalidades de seguro incluídas no contrato, sempre que tal lhe seja solicitado pelos interlocutores designados pelo Município de Loulé;



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

- f) Proceder ao envio de relatórios semestrais de sinistralidade, no prazo de 60 dias após a conclusão de cada semestre;
- g) Proceder à actualização das coberturas dos seguros obrigatórios, que decorram de alterações legislativas, dando prévio conhecimento ao Município de Loulé;
- h) Comunicar antecipadamente ao Município de Loulé os factos que tornem total ou parcialmente impossível a prestação dos serviços definida neste Caderno de Encargos e demais documentos contratuais;
- i) Prestar de forma correcta e fidedigna as informações referentes às condições em que são prestados os serviços, bem como ministrar todos os esclarecimentos que se justifiquem, de acordo com as circunstâncias;
- j) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução dos contratos e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais com relevância para a prestação de serviços, a sua situação jurídica e a sua situação comercial.

2- As alterações que ocorram nas circunstâncias previstas na alínea b) do número anterior, com excepção dos casos de particular agravamento do risco, produz efeitos na data do vencimento das apólices a que respeitarem e deverão ser obrigatoriamente comunicadas ao Município de Loulé, com a antecedência mínima de 30 dias, por correio registado com aviso de recepção, sob pena de ineficácia.

3- A título acessório, o adjudicatário fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação de serviços, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Artigo 6º
Requisitos da prestação de serviços

1- As propostas de cobertura de riscos visam prevenir efeitos emergentes da actividade desenvolvida pelo Município de Loulé, e a este imputáveis, em matéria de danos corporais e/ou materiais que se venham a manifestar sobre os seus patrimónios, os seus profissionais, munícipes e população em geral.

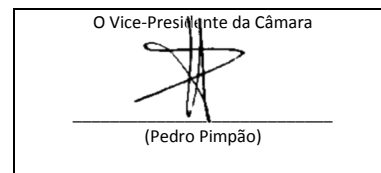
2- O adjudicatário deverá garantir o correcto cancelamento das apólices existentes à data de entrada em vigor do contrato, para que não existam duplicação de coberturas e respectivos custos, ou falta de cobertura por anulação das apólices existentes antes da entrada em vigor do novo Plano de Seguros.

3- O Município de Loulé deve ser avisado por escrito do montante a pagar, assim como da forma e do lugar de pagamento, com uma antecedência mínima de 30 dias em relação à data em que se vence o prémio, ou fracção deste.

4- Durante a vigência do contrato apenas se aceitará a actualização dos prémios, em caso de modificação dos capitais seguros, de acordo com a reavaliação dos bens seguros, alteração nos mapas de pessoal ou dos limites legalmente estabelecidos.

5- Não poderá verificar-se qualquer exclusão ou alteração das coberturas das apólices apresentadas a concurso e aceites pelo Município de Loulé.

6- Deverá ser disponibilizada uma linha telefónica privilegiada para apoio permanente (24 horas por dias/7 dias por semana) à ocorrência de sinistros.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

7- A linha telefónica referida no ponto anterior servirá igualmente para marcação de peritagem no prazo de 24 horas.

Artigo 7º
Sigilo

1- O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Loulé, de que possa ter conhecimento, ao abrigo ou por força da execução do contrato.

2- A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objecto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado directa e exclusivamente à execução do contrato.

3- Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respectiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Artigo 8º
Preço contratual

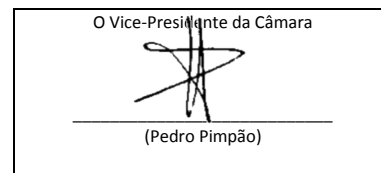
1- Pela prestação de serviços objecto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Entidade Adjudicante deve pagar ao prestador de serviços de acordo com os preços que resultem da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

2- Os preços referidos no número anterior incluem todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Município de Loulé.

Artigo 9º
Condições de pagamento

1- As condições de pagamento são as estabelecidas pelo Decreto-Lei nº 72/2008 de 16 de Abril, com as alterações introduzidas pela Lei nº 147/2015, de 9 de Abril, que regula o regime de pagamento dos prémios dos contratos de seguros, sem prejuízo de ser acordado entre as partes o pagamento fraccionado em conformidade com o previsto no mesmo normativo e com a especificidade das apólices em causa.

2- Em caso de discordância por parte da Entidade Adjudicante quanto aos valores indicados nas facturas, deve esta comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respectivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova factura corrigida.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

Artigo 10º
Sanções contratuais

1- Pelo incumprimento das obrigações emergentes do contrato, por causa imputável ao adjudicatário, o Município de Loulé pode exigir do adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária diária de 1% do preço contratual, cujo valor será deduzido nos pagamentos parciais a efectuar ao adjudicatário.

3- As penas pecuniárias previstas no presente artigo não obstam a que o Município de Loulé exija uma indemnização pelo dano excedente.

Artigo 11º
Força maior

1- Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respectiva realização, alheias à vontade da parte afectada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

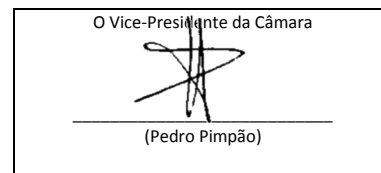
2- Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, actos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3- Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaíam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4- A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5- A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afectadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

Artigo 12º

Resolução por parte da Entidade Adjudicante

1- Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a Entidade Adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:

a) Violação reiterada das obrigações estabelecidas no presente caderno de encargos;

b) Incumprimento dos prazos estabelecidos no presente caderno de encargos.

2- O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de serviços e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pela Entidade Adjudicante.

Artigo 13º

Resolução por parte do adjudicatário

1- Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o adjudicatário pode resolver o contrato quando:

a) Qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de seis meses ou o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros.

2- Nos casos previstos na alínea a) do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à Entidade Adjudicante que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo.

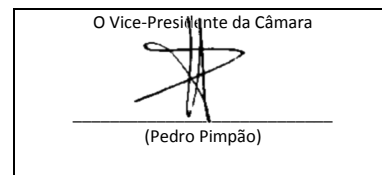
3- A resolução do contrato nos termos do número anterior não determina a repetição das prestações já realizadas pelo fornecedor, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 14º

Execução da caução

1- A caução prestada para bom e pontual cumprimento das obrigações do contrato, caso haja sido exigida nos termos do Programa de Procedimento, pode ser executada pela Entidade Adjudicante sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso ou incumprimento definitivo pelo prestador de serviços das obrigações contratuais ou legais, incluindo o pagamento de penalidades.

2- A resolução do contrato pela Entidade Adjudicante não impede a execução da caução, contanto que para isso haja motivo.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

Artigo 15º
Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 16º
Comunicações e notificações

1- Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2- Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Artigo 17º
Preço base

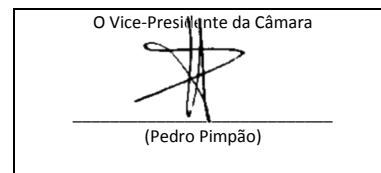
O preço base do procedimento é de € 208.534,00 (duzentos e oito mil, quinhentos e trinta e quatro euros), e corresponde ao preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objecto do concurso.

Artigo 18º
Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato, fica estipulado o foro dos tribunais com competência territorial no concelho de Loulé, com expressa renúncia a qualquer outro.

Artigo 19º
Legislação aplicável

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

PARTE II- CLÁUSULAS TÉCNICAS

COMPOSIÇÃO DO PLANO DE SEGUROS

- I) Seguro de Acidentes de Trabalho;
- II) Seguro de Grupo de Acidentes Pessoais dos Trabalhadores - Programa de Contrato de Emprego e Inserção;
- III) Seguro Frota Automóvel;
- IV) Seguro de multiriscos patrimoniais;
- V) Seguro de Responsabilidade Civil – Serviço de Vigilância;
- VI) Seguro Frota – Bicicletas partilhadas.

CARACTERÍSTICAS E ESPECIFICIDADES DO PLANO DE SEGUROS

O Plano de Seguros colocado a concurso é composto por diversos ramos de seguros, todos “não vida”.

I- SEGURO DE ACIDENTES DE TRABALHO

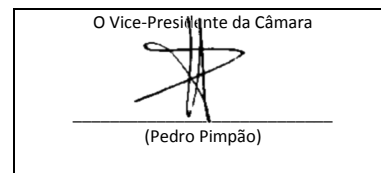
OBJECTO DO SEGURO

O seguro de acidentes de trabalho compreende a transferência da totalidade da responsabilidade do Município de Loulé para a Seguradora, em caso de acidentes de trabalho e das doenças profissionais do pessoal afeto à entidade adjudicante, independentemente do seu vínculo contratual, nos termos da legislação em vigor (Lei n.º 98/2009, de 4 de Setembro, do Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de Novembro, alterado pela Lei n.º 82-B/2014, de 31/12, pela Lei n.º 11/2014, de 06/03, pela Lei n.º 59/2008 de 11 de Setembro, pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, Portaria n.º 128/2009, de 30 de Janeiro; Código do Procedimento Administrativo, demais legislação em vigor) e de acordo com as condições gerais da apólice uniforme.

Os diplomas mencionados reportam sempre à sua atual redação e à última versão vigente.

ÂMBITO DO SEGURO

- a) Ficam abrangidos por este contrato todos os trabalhadores, contratados por tempo indeterminado ou a termo, estagiários e trabalhadores noutras situações que exigem seguro de acidentes de trabalho ao serviço do município, inscritos no Regime de Proteção Social Convergente (RPSC - Caixa Geral de Aposentações) e no Regime Geral de Segurança Social (RGSS);
- b) O Local de trabalho a segurar é todo o lugar em que o trabalhador se encontra ou deva dirigir-se em virtude do seu trabalho e em que esteja, direta ou indiretamente, sujeito ao controlo do tomador do seguro;
- c) O tempo de trabalho engloba todos os acidentes que possam ocorrer no local de trabalho e durante o período de laboração, o que preceder o seu início, em atos de preparação ou com ele relacionados, e o que se lhe seguir, em atos também com ele relacionados, e as interrupções normais ou forçadas de trabalho, e ainda no percurso de e para o local de trabalho;
- d) Em conformidade com o n.º 3 do artigo 45.º do Decreto-Lei n.º 503/99, 20 de Novembro, o Município de Loulé transfere a responsabilidade por acidentes de trabalho prevista naquele diploma para o adjudicatário;



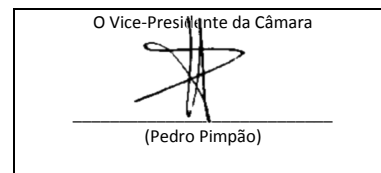
CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

- e) A apólice deve garantir as prestações e despesas previstas no Decreto-Lei n.º 503/99, 20 de Novembro, sendo nulas as cláusulas adicionais que impliquem a redução de quaisquer direitos e regalias previstas neste diploma ou restante legislação em vigor sobre a matéria;
- f) Para o efeito o tomador do seguro, obriga-se a remeter ao adjudicatário, até ao dia 15 de cada mês, a relação de proventos salariais;
- g) O seguro será celebrado na modalidade de prémio variável;
- h) O pagamento do prémio será trimestral, sem encargos de fracionamento, de acordo com a opção da entidade adjudicante, com indicação das datas de vencimento e respetivos valores, enviando-se ao tomador do seguro um aviso de pagamento com uma antecedência mínima de 30 dias em relação à data em que se vence a fração;
- i) No final de cada ano civil será sempre efetuado o acerto entre o prémio provisório e o prémio definitivo, em função dos salários efetivamente pagos;
- j) O período do seguro é anual.
- k) A seguradora deve proceder à emissão, no prazo máximo de 48 horas, de declaração de cobertura referente a trabalhador ou equiparado, sempre que solicitado pelo tomador do seguro.

COBERTURAS E GARANTIAS

Constituição de uma Apólice única para subscritores da Caixa Geral de Aposentações e beneficiários do Regime Geral da Segurança Social garantindo:

- a) A cobertura nos termos e âmbito da Lei nº 98/2009, de 4 de Setembro e do Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de Novembro, estabelecendo o regime jurídico dos acidentes de trabalho ocorridos ao serviço de entidades empregadoras públicas;
- b) Que as indemnizações por incapacidade temporária, absoluta ou parcial, são definidas em função do salário ílíquido, englobando as remunerações, de carácter permanente ou acessório, incluídas na massa salarial segura, sendo devidas a partir do primeiro dia de ausência, e considerando 100% do salário ílíquido do sinistrado;
- c) A cobertura dos acidentes de trabalho que ocorram em Portugal e, automaticamente os riscos de deslocação e de exercício da atividade profissional ao e no estrangeiro, incluindo ações de formação profissional, por períodos até 30 dias, sem necessidade de comunicação e sem qualquer agravamento tarifário;
- d) Que em caso de acidente ocorrido em território estrangeiro, as despesas aí efetuadas relativas à assistência médica, medicamentosa ou hospitalar, bem como os encargos referentes a transportes ou repatriamento ficarão a cargo da Seguradora;
- e) Que o adjudicatário assumirá eventuais pedidos de reembolsos efetuados pela Caixa Geral de Aposentações (C.G.A.) ao Município de Loulé (no âmbito do artigo 43.º do Decreto-Lei 503/99, de 20 de Novembro), correspondentes a responsabilidades com eventuais pensões ou subsídios pagos pela C.G.A. ao abrigo do disposto nos artigos 34.º, 35.º, 36.º e 37.º do Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de Novembro;
- f) O direito à reparação a lesão ou doença que se manifeste durante o tratamento de lesão ou doença resultante de um acidente de trabalho ou doença profissional e que seja consequência de tal tratamento;



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

g) Que os trabalhadores têm direito à reparação, em espécie e em dinheiro, dos danos resultantes de acidentes de trabalho e de doenças profissionais, nos termos do disposto no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de Novembro;

h) O pagamento dos períodos de Incapacidade Temporária;

i) O pagamento dos períodos de Incapacidade permanente parcial e absoluta;

j) Deverá ser disponibilizada uma Linha Acidentes de trabalho, disponível 24h por dia, 7 dias por semana.

k) O segurador compromete-se a celebrar acordos com pelo menos 2 clínicas/consultórios, sediadas no concelho de Loulé, para assistir sinistrados de Acidentes de Trabalho, que ficam obrigados a registar a situação clínica do sinistrado, até à alta, no boletim de acompanhamento médico aprovado pelo art.º 51.º do Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro, a fornecer pelo Município de Loulé.

l) O segurador compromete-se a celebrar acordos com pelo menos 2 farmácias sediadas no concelho de Loulé, por forma a isentar os sinistrados de Acidentes de Trabalho, do pagamento das despesas com prescrições médicas, consequência de tais acidentes, sendo as referidas despesas cobradas diretamente pelas farmácias, ao segurador.

m) Relativamente às pensões e subsídios fixados pela Caixa Geral de Aposentações e sobre os quais esta Caixa tenha direito de reembolso sobre o Município de Loulé, conforme artigo 43.º do Decreto-Lei 503/99, de 20 novembro, o segurador diligenciará junto da referida Caixa, no sentido de conseguir estabelecer com esta um acordo que permita o reembolso direto entre a CGA e o segurador.

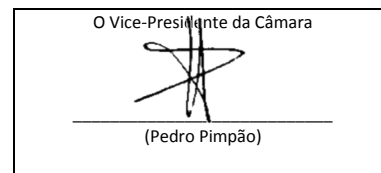
n) Estas condições prevalecem sobre as Condições Gerais do Ramo no que contrariar as disposições do Decreto-Lei n.º 503/99 de 20 de Novembro.

ESTIMATIVA DE CAPITAL SEGURO

O montante do capital a segurar é composto pelo salário íliquido sem encargos, que inclui todas as prestações que revistam carácter de regularidade (por ex. subsídio de férias, natal, turno, noturno, despesas de representação, alimentação), de todos os trabalhadores. Dos quadros 1 e 2 que se seguem constam os dados efetivos referentes ao ano de 2016 e 2017.

Quadro 1

Pessoas Seguras	Nº Pessoas em 31/12/2017	Salários pagos em 2017
Pessoal Subscritor do Regime de Protecção Social Convergente (RPSC - Caixa Geral de Aposentações)	858	
Pessoal Subscritor do Regime Geral de Segurança Social (RGSS)	688	
Total do Pessoal (RPSC + RGSS)	1546	19.528.026,47€



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

Quadro 2

Pessoas Seguras	Nº Pessoas em 31/07/2018	Salários pagos em 2018
Pessoal Subscritor do Regime de Protecção Social Convergente (RPSC - Caixa Geral de Aposentações)	857	
Pessoal Subscritor do Regime Geral de Segurança Social (RGSS)	830	
Total do Pessoal (RPSC + RGSS)	1546	20.200.000,00€

PAGAMENTO DE INCAPACIDADES TEMPORÁRIAS E DESPESAS MÉDICAS

a) As indemnizações por Incapacidade Temporária (I.T.) serão pagas diretamente ao tomador de seguro (Município de Loulé), figurando este como entidade recebedora, uma vez que assegura o pagamento do salário quando os trabalhadores se encontram temporariamente incapacitados para o seu trabalho.

b) A Seguradora fica obrigada a pagar até ao dia 15 do mês seguinte as indemnizações por incapacidades temporárias do mês anterior e a remeter na mesma data documento do qual conste o valor das indemnizações por incapacidades temporárias pagas, acompanhado de um mapa justificativo dos valores parciais, nome do sinistrado, períodos de incapacidade e data do sinistro.

c) A Seguradora assumirá o pagamento das indemnizações por incapacidades temporárias desde o dia imediatamente a seguir ao do acidente/ a partir do primeiro dia de ausência e considerando 100% do salário ílíquido do sinistrado.

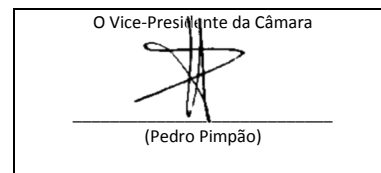
d) As despesas médicas ou outras despesas eventualmente suportadas pelo sinistrado deverão ser enviadas e liquidadas diretamente aos respetivos lesados.

MEDIDAS DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES DE TRABALHO

Na orgânica da Câmara Municipal de Loulé, através do Gabinete de Segurança e Saúde no Trabalho, é assegurada a criação das condições e os instrumentos necessários à aplicação dos princípios de higiene e segurança no trabalho.

Ao Gabinete de Segurança e Saúde no Trabalho compete promover ações no âmbito da higiene e segurança no trabalho de acordo com a legislação em vigor, zelando pelo seu cumprimento e proceder à inspeção dos locais de trabalho para observação do ambiente e seus efeitos na saúde, identificando e avaliando eventuais riscos.

O Balanço Social de 2017 consta como Anexo ao presente caderno de encargos.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

II- SEGURO DE GRUPO DE ACIDENTES PESSOAIS TRABALHADORES - PROGRAMA DE CONTRATO DE EMPREGO E INSERÇÃO

Pretende-se uma apólice aberta que cubra os Acidentes Pessoais de Trabalhadores ao abrigo do Programa de Contrato de Emprego e Inserção, conforme exigido pela Portaria n.º 128/2009, de 30 de Janeiro. As atividades são propostas após um diagnóstico de necessidades efetuado pelas diversas Unidades Orgânicas da Câmara Municipal de Loulé, pelo que não é possível prever as atividades desenvolvidas pelos colaboradores.

O Município de Loulé enviará à Seguradora a identificação do trabalhador, atividade a realizar, a data do início e do termo de funções.

O seguro será celebrado na modalidade de prémio variável.

O pagamento do prémio será semestral, sem encargos de fracionamento, de acordo com a opção da entidade adjudicante, devendo ser enviado ao Município de Loulé um aviso de pagamento com uma antecedência mínima de 30 dias em relação à data em que se vence a fração.

No final de cada ano civil será sempre efetuado o acerto entre o prémio provisório e o prémio definitivo, em função dos trabalhadores que efetivamente exerceram funções durante esse ano; no caso de o trabalhador não permanecer pela totalidade do período inicialmente previsto, deve ser feito o correspondente acerto.

O período do seguro é anual.

Pretende-se um Seguro de Acidentes Pessoais sem franquia.

A proposta a apresentar deverá considerar que os trabalhadores por ser recrutados para um dos seguintes períodos:

- até 30 dias;
- de 31 a 90 dias;
- de 91 a 180 dias;
- de 181 a 270 dias;
- de 270 a 365 dias.

A previsão anual é de uma média de 150 contratados, na sua maioria para atividades correspondentes à carreira de assistente operacional.

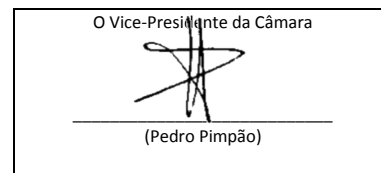
A proposta deve indicar preços por pessoa, para os períodos anteriormente indicados.

COBERTURAS / CAPITALS:

Pretende-se as seguintes coberturas/capitals:

Quadro 3

Coberturas	Capitals
Morte ou Invalidez Permanente	75.000,00 €
Despesas de Tratamento e Repatriamento	15.000,00 €
Incapacidade Temporária – Subsídio diário	20,00 €



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

III- SEGURO FROTA AUTOMÓVEL

OBJECTO E ÂMBITO DO SEGURO

Pretende-se uma apólice única para todos os veículos automóveis incluídos na frota automóvel do Município de Loulé.

Encontra-se instituída no Decreto-Lei n.º 291/2007, de 21 de Agosto a obrigatoriedade de celebração de um contrato de seguro de responsabilidade civil automóvel para a frota automóvel.

CAPITAIS E COBERTURAS

Os veículos a segurar estão identificados no Anexo B1 - "Frota Automóvel" e no Anexo B2 - "Frota Automóvel Bombeiros", no presente caderno de encargos, com as respectivas características, coberturas pretendidas e capitais a garantir.

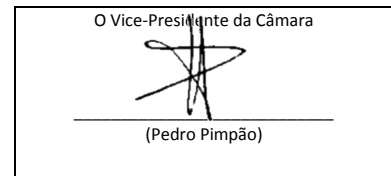
O seguro automóvel abrange, em caso de sinistro, os danos materiais e corporais provocados a terceiro, bem como os danos materiais e corporais próprios de acordo com as coberturas contratadas, com os veículos do Município.

Devem ficar garantidos os sinistros ocorridos entre viaturas do Tomador de Seguro, desde que as mesmas se encontrem em circulação, não podendo a franquia ser superior a 2% para a cobertura de danos próprios.

Os veículos de passageiros (ligeiros ou pesados) podem ser conduzidos por motoristas legalmente habilitados que não possuam vínculo laboral com o Município mas que façam parte de uma "bolsa de motoristas", acreditados por este desde que reúnam os requisitos exigidos.

Quadro 4
Quadro Resumo de coberturas, capitais e franquias

Coberturas	Capital	Franquia
Responsabilidade Civil	6.000.000,00 € ou 50.000.000,00 €	Sem franquia
Assistência em viagem		Sem franquia ("0" Km)
Protecção Jurídica		Sem franquia
Ocupantes de Viaturas para todos os veículos ligeiros e autocarros de transporte de crianças (condutor e ocupantes)	Morte ou invalidez permanente: 50.000,00 €; Despesas de tratamento: 5.000,00 €	Sem franquia
Quebra isolada de vidros	* de acordo com o indicado nos respectivos anexos	Sem franquia
Choque, Colisão e Capotamento		2%
Furto ou Roubo		Sem franquia
Incêndio, Raio e Explosão		2%
Fenómenos da Natureza		2%
Actos de vandalismo		2%
Veículo de substituição	* de acordo com o indicado nos respectivos anexos, e mesmo em caso de imobilização da viatura por motivo de avaria ("privação de uso")	Sem franquia



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

Responsabilidade Civil Obrigatória: O capital mínimo obrigatoriamente seguro de responsabilidade civil é de 6.000.000,00€, dividido em 5.000.000,00 € por acidente para os danos corporais e 1.000.000,00 € por acidente para os danos materiais de acordo com o artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 291/2007, de 21 de Agosto, que garante ao tomador do seguro a reparação de danos corporais ou materiais causados a terceiros.

Estes valores deverão ser actualizados em conformidade com as alterações legislativas que venham a ocorrer.

Para os casos indicados nos anexos **B1** – “Frota Automóvel” e **B2** – “Frota Automóvel Bombeiros”, pretende-se o aumento do capital de responsabilidade civil para 50.000.000,00€ (artigo 9º da Lei nº 13/2006 de 17 de Abril – Transporte Colectivo de Crianças).

Coberturas Opcionais pretendidas para todos os veículos indicados no Anexo B1 - “Frota Automóvel” e no Anexo B2 - “Frota Automóvel Bombeiros”):

- **Assistência em viagem:** Inclui assistência, em caso de avaria ou acidente, garante o transporte do veículo, ocupantes e bagagens.

- **Protecção Jurídica:** Garante assistência jurídica, para defender ou fazer valer os seus direitos, em processos judiciais empreendidos por si ou contra si, em consequência de acidente de viação.

Coberturas Adicionais - Danos Próprios:

- **Quebra Isolada de Vidros:** Garante os danos até aos capitais indicados por veículo, causados, por causa não compreendida, em virtude de quebra isolada dos vidros, pára-brisas, óculo traseiro e vidros laterais.

- **Choque, Colisão e Capotamento:** Garante os danos sofridos pelo veículo seguro, em consequência de embate contra corpo fixo (choque), em movimento (colisão), ou quando o veículo perca a sua posição normal e não resulte de choque ou colisão (capotamento).

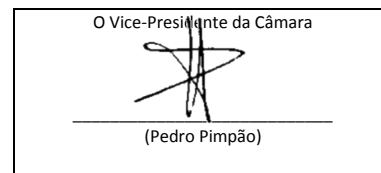
- **Furto ou Roubo:** Inclui os danos derivados do desaparecimento, destruição ou deterioração do veículo, por motivo de furto ou roubo.

- **Incêndio, Raio e Explosão:** Garante os danos no veículo em consequência de incêndio casual, queda de raio ou explosão, quer o veículo se encontre em marcha ou parado, recolhido em garagem ou em qualquer outro local.

- **Fenómenos da Natureza:** Garante os danos no veículo em consequência de tufões, ciclones, tornados, erupções vulcânicas, trombas de água, chuvas torrenciais, enxurradas, aluimento de terras, tremores de terra, queda isolada de árvores, etc., quer o veículo se encontre em marcha ou parado, recolhido em garagem ou em qualquer outro local.

- **Actos de vandalismo:** Garante os danos no veículo causados por actos de vandalismo, incluindo a destruição total ou parcial do veículo, quer o veículo se encontre em marcha ou parado, recolhido em garagem ou em qualquer outro local.

- **Veículo de substituição:** Garante a substituição do veículo em caso da privação forçada do uso do veículo seguro em consequência de sinistro abrangido pela cobertura de Responsabilidade Civil ou por qualquer uma das Coberturas adicionais contratadas. Pretende-se ainda esta cobertura em caso de avaria e/ou manutenção do veículo seguro. A privação de uso conta-se:



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

- a) Em caso de danos ou avaria que não determinem impossibilidade de circulação, a partir do dia do início da reparação e termina com a reparação efectiva;
- b) Em caso de danos que determinem a impossibilidade imediata de circulação a partir do dia da participação do sinistro e termina na data da reparação efectiva ou no 2.º dia útil posterior ao da comunicação ao Tomador de Seguro da perda total;
- c) Em caso de desaparecimento do veículo seguro por furto ou roubo, a partir do dia da participação do sinistro, efectuada após a participação da ocorrência à autoridade competente, e termina com a localização do veículo seguro.
- d) Em caso de avaria que determine a impossibilidade imediata de circulação, a partir do dia de imobilização e termina com a reparação efectiva.
- e) Em caso de manutenção, a partir do dia de início da manutenção e termina com a conclusão da manutenção.

Para os veículos para os quais se pretende esta cobertura, os concorrentes devem considerar, na sua proposta de preço, que a privação de uso estará limitada ao máximo de 30 dias ano/veículo, independentemente da causa que esteve na origem da privação de uso.

- **Acidentes Pessoais (todos os ocupantes)**, em consequência de acidente de viação com o veículo seguro, ficarão garantidas as seguintes indemnizações:

Quadro 5

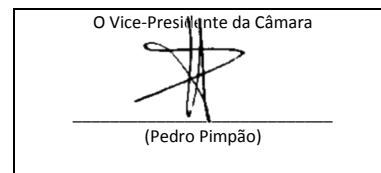
Cobertura	Capital
Morte ou Invalidez Permanente	15.000,00 €
Despesas de tratamento/Repatriamento	1.500,00 €
Despesas de Funeral	1.500,00 €

REGULARIZAÇÃO DE SINISTROS

Para a regularização dos sinistros aplicar-se-á as regras e os procedimentos dispostos na legislação em vigor.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

- a) O período do seguro é anual.
- b) O pagamento do prémio será semestral sem encargos de fraccionamento.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

IV – SEGURO DE MULTIRRISCOS PATRIMONIAIS

OBJECTO E ÂMBITO DO SEGURO

Pretende-se um seguro para os bens propriedade do Município.

Constam em anexo as listas de bens móveis e imóveis a contemplar nesta apólice.

Ficam incluídos na definição acima todos os bens desde que se tratem de utensílios, máquinas, material de exposição e equipamento fixo ou móvel/portátil em deslocação, em qualquer local;

Ficam ainda cobertos por esta apólice os bens de terceiros sob custódia, cuidado ou controle do Município, incluindo objectos e/ou bens de carácter artístico para exposição, venda ou consignação, desde que o Município informe previamente os bens e respectivos valores e o local onde se encontram.

CAPITAIS E COBERTURAS

Os valores de capital a segurar de todos os bens, tanto móveis como imóveis, estão identificados no Anexo C1 - “Bens Imóveis do Município” e no Anexo C2 - “Bens Móveis do Município”.

O tomador do seguro compromete-se a actualizar os valores seguros (do imóvel e conteúdo) no início de cada anuidade, se tal se justificar.

Em caso de sinistro com os bens (conteúdos ou equipamentos) seguros por esta apólice, a base sobre a qual se calculará o montante indemnizável será o valor em novo, no dia imediatamente anterior ao sinistro, de bens da mesma qualidade ou tipo, não podendo o valor ser superior ao capital seguro.

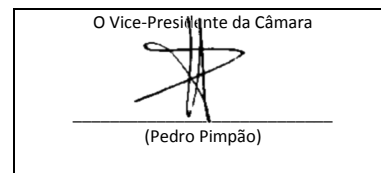
Capitais:

Quadro 6

Edifícios e Benfeitorias	Valor Patrimonial Actual
Habitação	10.017.171,61 €
Instalações de Serviços	22.581.780,41 €
Instalações Desportivas e Recreativas	12.386.417,21 €
Mercados e Instalações de Fiscalização Sanitária	447.642,54 €
Creches	1.433.079,53 €
Escolas	28.744.558,61 €
Outros Edifícios	12.156.450,69 €
Total de Edifícios e Benfeitorias	87.767.100,60 €

Quadro 7

Conteúdos	Valor de aquisição
Equipamento Informático	9.570.310,17 €
Equipamento de Telecomunicações	816.372,59 €
Equipamento e Material de Escritório e de Reprografia	2.259.630,36 €
Equipamento e Material Recreativo, Desportivo, de Educação e de Cultura	11.809.549,16 €
Atelier de Costura	22.442,12 €
Bicicletas Partilhadas	2.868,00 €
Total de Conteúdos	24.481.172,40 €



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

RISCOS COBERTOS

1. Incêndio, Queda de Raio e Explosão;
2. Tempestades;
3. Inundações, incluindo os danos em muros, vedações e portões;
4. Fenómenos Sísmicos;
5. Furto ou Roubo, incluindo roubo de dinheiro em cofre ou caixa, e transporte de valores;
6. Limpeza, demolição e remoção de escombros;
7. Aluimento de terras;
8. Queda de aeronaves;
9. Choque ou impacto de veículos terrestres ou animais;
10. Choque ou impacto de objectos sólidos;
11. Derrame accidental de óleo;
12. Quebra ou queda de vidros, reclamos, espelhos fixos, pedras de mármore e loiças sanitárias;
13. Quebra ou queda de painéis solares;
14. Quebra ou queda de antenas;
15. Privação temporária do uso local arrendado ou ocupado;
16. Responsabilidade civil exploração;
17. Derrame de sistemas hidráulicos de instalações de protecção contra incêndio;
18. Desenhos e documentos;
19. Danos em bens de senhorio;
20. Danos por água, incluindo roturas, entupimentos e remoção de lodo;
21. Greves, tumultos e alterações da ordem pública;
22. Actos Terrorismo, vandalismo, maliciosos ou de sabotagem;
23. Riscos Eléctricos;
24. Danos em bens transportados;
25. Equipamento electrónico, incluindo a cobertura de transporte;
26. Avaria de máquinas;
27. Honorários de peritos;
28. Perda de Rendas;
29. Incêndio de veículos em parque;
30. Bens de terceiros;
31. Danos em bens de empregados.

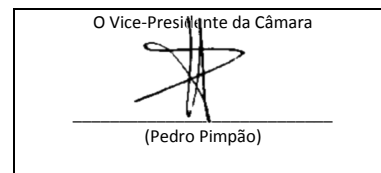
EXPOSIÇÕES TEMPORÁRIAS

Relativamente à realização de Exposições Temporárias da responsabilidade do tomador do seguro, nas suas instalações ou outras, aplicam-se as seguintes condições:

- a) A apólice “aberta” cobre quaisquer danos provenientes de causa externa aos objectos seguros, excluindo-se apenas os danos de causa interna, nomeadamente o vício próprio;
- b) Fica expressamente acordado que o objecto seguro é constituído por objectos do Município ou de terceiros, temporariamente confiados ao seu cuidado, controle ou custódia;
- c) O tomador do seguro facultará ao adjudicatário a relação das obras/bens objecto da exposição, onde será indicado o respectivo valor unitário;
- d) O capital seguro em caso de sinistro corresponderá ao valor indicado na referida relação.

ANTIGUIDADES, COLECÇÕES E INSTRUMENTOS SÉRIES

a) A utilização ou desaparecimento de qualquer peça, elemento ou objecto que faça parte de um determinado serviço, conjunto colecção, série, etc., será indemnizável na base do valor peça, sem que possa ser tomada em conta a eventual desvalorização que a falta da mesma possa ocasionar ao serviço, conjunto, colecção série, etc., de que faça parte.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

b) Em caso de sinistro causado por um risco coberto o adjudicatário poderá liquidar as despesas de restauro e/ou reparação, excepto se a desvalorização por parte da qualidade atribuível à mercadoria segura for reconhecida, caso em que se aplicarão as disposições a seguir mencionadas:

b1) Em caso de se verificar a impossibilidade ou desvantagem económica do restauro e/ou reparação, o adjudicatário obriga-se a indemnizar o tomador do seguro, tendo em conta o valor de mercado dos objectos sinistrados;

b2) Em caso de divergência quanto à atribuição daquele valor, o adjudicatário e o tomador do seguro nomearão, cada um, um perito avaliador que concluirá pelo valor a indemnizar.

DANOS OCORRIDOS EM TRANSPORTES TERRESTRES

Ficam garantidos os danos ocorridos em transporte terrestre no território nacional, de equipamentos, máquinas, materiais de uso e outros bens, propriedade do tomador do seguro ou de terceiros, em consequência de acidentes com o veículo transportador, incêndio, raio ou explosão, furto e/ou roubo, incluindo as operações de carga e descarga.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

O concorrente deverá indicar as coberturas dadas em “1.º risco”;

O concorrente deverá indicar a franquia.

OUTRAS CONDIÇÕES

Para reclamações de prejuízos até 1.000,00 €, antes de aplicação da franquia contratual, a seguradora prescinde do processo de peritagem e aceita processar as indemnizações com base na apresentação de um dos seguintes documentos:

- Cópia do orçamento de reparação, em caso de perda parcial;
- Em caso de perda total, cópia do recibo de aquisição do bem à data da compra ou cópia do recibo de substituição ou fatura pró-forma ou cópia da ficha de imobilizado, onde conste a descrição e o valor do bem.

Para reclamações de prejuízos superiores a 1.000,00 € e sempre que o Município tome a iniciativa de o solicitar, por dificuldade em obter os documentos necessários à quantificação das perdas, a seguradora compromete-se a efectuar todas as diligências necessárias à apresentação de uma proposta de indemnização devidamente fundamentada.

V – SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL – SERVIÇO DE VIGILÂNCIA

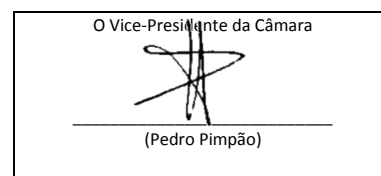
OBJECTO E ÂMBITO DO SEGURO

A Câmara Municipal de Loulé é titular da Licença de Autoproteção nº 95ª – Município de Loulé, pelo que é necessário um Seguro de responsabilidade civil para o exercício da atividade de segurança privada, nos termos da alínea d), n.º 2, artigo 48.º, da Lei n.º 34/2013, de 16 de maio e da Portaria N.º 552/2014, de 09 de Julho.

Os capitais estão definidos na lei.

A Câmara Municipal de Loulé possui 38 funcionários divisão que estão agregados à Licença de Autoproteção nº 95ª – Município de Loulé.

O período do seguro é anual.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

VI – SEGURO FROTA BICICLETAS PARTILHADAS

Pretende-se um seguro frota para as bicicletas partilhadas (sem motor), propriedade do município de Loulé.

Atualmente o município já adquiriu 68 bicicletas, podendo este número vir a aumentar no decurso do contrato.

Quadro 8

Coberturas	Capitais
Responsabilidade civil obrigatória	6.000.000,00 €
Proteção de ocupantes - morte ou invalidez permanente	5.000,00 €
Incapacidade temporária absoluta – internamento hospitalar	2,50 €
Despesas de funeral	250,00 €
Despesas de tratamento	500,00 €

Neste seguro não haverá lugar à aplicação de qualquer franquia.